



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais

A CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL A PARTIR DE 2019 EM RELAÇÃO À (In)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ASPECTOS DO BRASIL E DE MATO GROSSO

CAMILA FERNANDA DA COSTA E SILVA¹

EVA EMILIA FREIRE DO NASCIMENTO AZEVEDO²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de realizar uma breve discussão sobre a insegurança alimentar e nutricional no país, o seu desmonte na esfera federal em 2019, a crise pandêmica, como também a reconstrução do debate nos anos seguintes. Aborda-se, o desenvolvimento do agronegócio no estado do Mato Grosso e a construção da SAN. Para a metodologia foi realizado levantamento bibliográfico e documental.

Palavras chaves: Insegurança alimentar e nutricional, agronegócio, Política social.

ABSTRACT

This article aims to briefly discuss food and nutritional insecurity in the country, its dismantling at the federal level in 2019, the pandemic crisis, as well as the reconstruction of the debate in the following years. It addresses the development of agribusiness in the state of Mato Grosso and the construction of the SAN. For the methodology, a bibliographic and documentary survey was carried out.

Keywords: Food and nutritional insecurity, agribusiness, social policy.

1 - INTRODUÇÃO

Esse artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso. Pretende-se aqui apresentar uma breve discussão sobre a

¹ Universidade Federal de Mato Grosso

² Universidade Federal de Mato Grosso

insegurança alimentar e nutricional no Brasil e a contradição produtiva que o país possui, focando o estado de Mato Grosso, reconhecido internacionalmente pelo seu potencial agroexportador.

Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico e documental com o recorte temporal de 2019 aos dias atuais, retratando como a temática foi e tem sido inserida na agenda dos governos e impactado os milhões de brasileiros. Assim, a primeira seção abarca como ocorreu o desmonte da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a pandemia de Covid-19, refletida nos números da fome, caracterizando-se nos aspectos gênero, cor e escolaridade, bem como, no Mapa da Fome/ONU.

A segunda seção retrata o valor da terra, a história de disputas envolvendo o desenvolvimento agrário pelos latifúndios em contraposição aos dados e a conjuntura atual de produção e reprodução da fome. Sem qualquer intenção de esgotar o tema, pretende-se aqui refletir sobre as contradições presentes no cenário contemporâneo, onde apesar do potencial produtivo, a fome ainda é uma realidade.

2 - O Enfraquecimento da Política de SAN no país no contexto do negacionismo e da Pandemia de Covid-19

Os estudos sobre a insegurança alimentar e nutricional indicam que a partir do desenvolvimento do capitalismo a fome sempre existiu, isso porque ela “[...] está intimamente relacionada à dinâmica de reprodução do capital e, [...] tem sua origem e explicação na lógica da produção e não apenas nas questões relacionadas à circulação de alimentos” (Teixeira, 2022, p. 450).

O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014, conforme análise feita pela Organização para a Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization* - FAO, em Inglês) da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, desde 2015 estudos demonstram que ela foi elevando-se gradativamente, tendo sua maior expressão em 2022, como resultado dos impactos da pandemia de Covid-19³. Esse Mapa mensura a insegurança alimentar no mundo,

³ De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a pandemia de Covid-19 teve seu epicentro na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, em 31 de dezembro de 2019. Esse novo vírus da classe coronavírus humanos, até então não identificado, foi considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como surto em 30 de janeiro de 2020, no mês seguinte, foi denominada cientificamente por Sars-Cov-2 e em 11 de março do mesmo ano foi decretada como pandemia, causadora de síndrome respiratória aguda. No dia 5 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19, o que não significou a erradicação da doença, mas a queda considerável de contaminação e mortes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

categorizando os povos que possuem acesso à alimentação adequada, inadequada ou insuficiente para atender suas necessidades humanas (Santos, 2023).

A saída do Brasil do Mapa foi conquistada nos governos Lula e Dilma Rousseff, também firmados no neoliberalismo, mas com aspectos de valorização das políticas sociais. Naquele contexto, o país atingiu um dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU, considerando que de “[...] 2002 a 2013, caiu em 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação” (Brasil, 2014). Posteriormente, em 2016, ocorreu o que Silva (2023) pontuou como golpe institucional à presidenta Dilma, abrindo caminho para ascensão de governos de extrema direita.

De um modo geral, o extremismo de direita no Brasil tem sido caracterizado pelo forte nacionalismo; ultraconservadorismo, que vem acompanhado do racismo, da xenofobia, da homofobia e da transfobia; pela defesa de regimes autoritários e neofascistas; e de um neoliberalismo radicalizado denominado de ultraneoliberalismo⁴ (Silva, 2023, p. 287).

Em suas análises, Teixeira reitera a maneira direta que a fome está atrelada “[...] com as crises econômicas em uma sociedade salarial. [Logo] Se a forma de acesso a bens e serviços é o salário e a renda, a ausência destes leva a população à situação de fome” (2022, p. 454).

No ano de 2018 aconteceram as eleições e a maioria da população elegeu o presidente da extrema-direita Jair Messias Bolsonaro, do qual a administração pública pode ser resumida em:

[...] um período da história do país marcado pelo aumento do conservadorismo, do neofascismo, do negacionismo e por um neoliberalismo radicalizado, que vem agravando a fome e a insegurança alimentar e nutricional, com o desmonte dessa área social e adoção de medidas emergenciais e assistencialistas, em particular no contexto da pandemia da COVID19 (Silva, 2023, p. 297).

Entre as mudanças nos 100 primeiros dias de governo, Bolsonaro emitiu o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, como medida contrária às deliberações, participações e fiscalizações do controle social em sua gestão, extinguindo centenas de comissões, comitês e conselhos deliberativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (Conjur, 2019). Ou seja, o governo estava sem o órgão específico que propõe, delibera e avalia as políticas que atendem a população brasileira em situação de vulnerabilidade. Sem

⁴ Conforme Boschetti e Behring (2021 *apud* Silva, 2023, p. 287), “[...] o ultraneoliberalismo é reforçado também por um reacionarismo violento — neofascista —, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas. O conservadorismo moral negligencia os direitos humanos e as conquistas civilizatórias no campo da cidadania constitucional. A investida contra os direitos conquistados pelas mulheres na forma de crítica à ‘ideologia de gênero’ se adensa com uma profunda LGBTfobia, manifestações racistas e destruição da vida dos povos originários”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dados, amostras não é possível fortalecer essa pauta, pois é pela pesquisa que podemos nos aproximar e conhecer a realidade com a intenção de transformá-la.

Ademais, Silva (2023, p. 298) aponta outras medidas que, tomadas por esse governo intensificaram o desmonte da política de segurança alimentar e nutricional:

[extinguiu a] Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tinha um papel importante na coordenação intersetorial da PNSAN, na descentralização do Sistema e na gestão de programas estratégicos; [...] [e] a desativação da CAISAN e a não convocação da VI Conferência Nacional, prevista para acontecer em 2019.

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, realizava o Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN), com a finalidade de fazer o monitoramento insegurança alimentar e nutricional, utilizando os dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Os últimos estudos foram publicados em 2018, antes do desmonte efetivado (BRASIL, 2019).

No ano de 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia de Covid-19, ocasionando uma crise humanitária, sanitária e econômica nunca antes vista. Foi preciso ficar em “[...] isolamento⁵ social, para frear o avanço da doença, que em menos de 4 meses já expandiu para 190 países, incluindo o Brasil” (Oliveira *et. al*, 2020, p. 2).

O “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 em 2020”, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e parceiros, por meio do projeto VIGISAN, ao analisar as cinco regiões do país com a amostragem probabilística de 2.180 domicílios em áreas rurais e urbanas, estimou que “[...] 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente [...] e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome [...]” (Rede PENSSAN, 2020).

Este inquérito nacional identificou que a crise econômica e política, dos últimos anos, agravou ainda mais a pandemia da COVID-19 e seus resultados demonstram que o país possui hoje dois mapas da fome: “[...] um é o Mapa Geográfico, como mostram as desigualdades regionais relativas à [insegurança alimentar e nutricional] e fome; [e] o segundo, um Mapa Humano, mostrando que poucos detêm o direito humano à alimentação adequada e saudável (Silva, 2023, p. 299).

⁵ É importante ressaltar que os termos isolamento social e distanciamento social não são sinônimos. Distanciamento social ocorre quando o indivíduo reduz sua circulação para não contrair o vírus. O isolamento social é quando existe uma suspeita ou confirmação da doença e pretende evitar a sua propagação. Fonte: <https://mimosodosul.es.gov.br/entenda-a-diferenca-entre-isolamento-quarentena-e-distanciamento-social/>.

Devido aos problemas econômicos causados pela pandemia: demissões, falências, precarização do trabalho, redução salarial e crescente índices de trabalhos informais, aumentou o número de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica ou que brevemente poderiam estar nessa posição. Sem renda, maior o risco de insegurança alimentar (Oliveira *et.al*, 2020).

O “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizado no período entre novembro de 2021 e abril de 2022, em 12.745 moradias compondo a amostragem de todos os locais do Brasil, identificou um salto desde o último estudo feito: de 19 milhões para 33,1 milhões de brasileiros em quadro de insegurança alimentar grave. Segundo os dados, “[...] só 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação. [...] O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990” (Rede PENSSAN, 2022, s/p).

Em concordância com Silva (2023), o Inquérito aponta que a insegurança alimentar e nutricional em seu grau mais grave de fome tem cor, gênero e endereço. As regiões do norte e nordeste do país são os locais com maior porcentagem que a média nacional de 58,7%, sendo 71,6% e 68%, respectivamente. A comparação entre o meio urbano e o campo impressiona com a disparidade de 60% para as áreas rurais em algum nível de insegurança - o que pode ser explicado pelo desmantelamento das políticas sociais voltadas para a questão agrária e o explorar desenfreado e ilegal do campo por parte dos latifundiários.

Ao fazermos o contraste do recorte cor, gênero e escolaridade dos dois inquéritos considerados, nota-se a interseccionalidade de quem são os/as brasileiros/as representados/as por esses números. Quanto à cor, a população preta está no topo da pirâmide de desigualdade social. “Comparando com o 1º Inquérito Nacional da Rede PENSSAN 2020,[...] a fome saltou de 10,4% para 18,1% entre os lares comandados por pretos e pardos” (Rede PENSSAN 2022, s/p). A segunda aplicação dessa pesquisa demonstrou que 65% da insegurança alimentar e nutricional estavam nas mesas das casas chefiadas por pessoas negras.

Referente ao gênero, os trabalhos da Rede supracitada verificaram que nos lares encabeçados por mulheres, a incerteza das refeições se fez mais presente quando comparado com as famílias em que os homens são os responsáveis: “[...] a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%” (Rede PENSSAN 2022, s/p).

A escolaridade também é um fator importante que diz muito sobre essas pessoas em vulnerabilidade. Em 2020 cerca de 14,9% das residências em situação de fome eram

encabeçadas por pessoas que frequentaram a escola por no máximo 4 anos ou menos, dois anos depois, esse percentual saltou para 22,3% (Rede PENSSAN 2020 e 2022).

Ao analisar a Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) de 2021, Silva (2023) aponta o aumento do desmatamento e degradação florestal para beneficiar o setor agroindustrial, principalmente na Amazônia. Contrariando o cenário de calamidade pública do país, o agronegócio prosperou batendo novos recordes de exportação, como será mostrado no tópico a seguir sobre o estado de Mato Grosso.

Na tentativa de atender às gritantes demandas sociais que se intensificaram no contexto da pandemia de Covid19, o governo federal juntamente com a Caixa Econômica Federal lançaram o Auxílio Emergencial para garantir renda mínima às famílias em situação de vulnerabilidade. O presidente Bolsonaro sugeriu o valor de R\$200,00 (duzentos reais) por apenas 3 meses. Todavia, devido às pressões do Congresso Nacional, alterou-se o valor para R\$ 600,00 reais (seiscentos reais), visto que a quantia anterior não conseguia colaborar com as despesas básicas como alimentação, água, luz etc., conforme relata Silva (2023). Os/as beneficiários/as seriam as pessoas que se enquadrassem nos requisitos de maioria, não empregados/as formalmente, que não tivessem benefício previdenciário ou assistencial - exceto Bolsa Família; Renda familiar de ½ até três salários-mínimos e não tivessem recebido acima de R\$ 28.559,70/anual em 2018 (Brasil, 2020).

Silva (2023, p. 300) observa que a “[...] implementação desse Auxílio foi marcada pela burocratização e outras inúmeras dificuldades (longas filas, falta de explicação e orientação, demora no pagamento etc.)”. Assim, podemos presumir que muitos indivíduos não conseguiram acessar esse auxílio no período mais crítico da pandemia. À medida em que eram realizadas novas orientações/determinações em virtude da pandemia, o auxílio teve seu valor alterado, de acordo também, com o perfil econômico do/a beneficiário/a.

Mais tarde, no cenário das eleições de 2022, Bolsonaro usou o argumento de ter oportunizado um resgate financeiro às pessoas em vulnerabilidade social, com o Programa Auxílio Brasil através da Medida Provisória nº 1.061/2021, modificando e renomeando o conhecido Programa Bolsa Família, a fim de utilizar em sua promoção política (Silva, 2023, p. 300).

Verifica-se que, as ações dos programas de transferência de renda, a concessão de benefício eventual na modalidade alimentação, o trabalho de Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades filantrópicas, religiosas e a solidariedade de parcela da população com doações de alimentos, não foram suficientes para saciar a fome contínua e a ausência de um governo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inclinado aos dilemas sociais para lidar minimamente com a necessidade básica de todo ser humano, especialmente em momento de crise.

Dentre os elementos da má gestão da crise sanitária, destaca-se a não existência de um plano para a crise, a ausência de uma resposta econômica aos efeitos da pandemia, especialmente na relação com os alimentos. Medidas como interromper a exportação de grãos para regular os estoques internos, poderiam ter sido tomadas, o que tenderia a regular a alta nos preços dos alimentos e não foram feitas (Teixeira, 2022, p. 455).

Diante de tantas calamidades, o resultado foi o retorno do Brasil ao Mapa da Fome ONU/FAO conforme o levantamento no final de 2022 (Lima, 2023) e confirmado no relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI)” em 2023 pela mesma Agência. Entraram nesta listagem as 111 nações cujo 2,5% da população estivesse em situação crônica de falta de alimento - nome técnico para a fome. Segundo Lima (2023, s/p) “entre 2020 e 2022: a situação crônica da fome afetou 4,7% da população brasileira — 2,2 pontos percentuais acima do limite global”. O desafio dos países-membros da ONU, incluindo o Brasil, é zerar essa porcentagem até 2030.

3- Campeão do Agro e a “Fila de Ossinhos”: reflexões sobre a contradição alimentar em Mato Grosso

O Brasil tem a sua história firmada nas relações de disputas de terras e na produção de agricultáveis desde sua colonização portuguesa. Prado (*apud* Teixeira, 2015, p. 104) “[...] explica que na formação do Brasil a agricultura teve uma presença fundante na economia, centrada em três elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo.”

A formação dos latifúndios, iniciou-se com as capitânicas hereditárias e doações de Sesmarias no período colonial, que já propunha o modelo de agricultura por meio da concentração de terras e focalização em um tipo de plantio. Assim, “a economia da grande propriedade é erigida sob a base da monocultura de gêneros de grande valor comercial e, portanto, muito lucrativos” (Teixeira, 2015, p.105), como por exemplo, a cana-de-açúcar, o algodão e o cacau.

O termo latifúndio, segundo Medeiros (2012, p. 445) tem “origem latina, [e] era usado na Roma Antiga para referir-se às extensões de terra controladas pela aristocracia, e passou a ser utilizado para designar grandes propriedades de terra em geral”. Após a Independência do Brasil em 1822, acabou o sistema de Sesmarias de doações portuguesas de territórios para ocupação de produções agrícolas e por anos não tinha uma legislação que regulamentasse a posse das propriedades. Somente em 18 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei de Terras (lei nº

601/1850), que legalizou as áreas requeridas pelos fazendeiros, desde que fizessem seu uso, caso contrário tornaram-se terras devolutas ao Estado (Medeiros, 2012).

Com o advento do capitalismo e da tecnologia industrial, o setor de agricultura também foi modificado no que foi reconhecido como agroindústria que

[...] se desenvolve plenamente com a expansão do capitalismo a partir dos séculos XVIII e XIX. É com o desenvolvimento da indústria capitalista que, [...] partes do processo produtivo agrícola foram se autonomizando em relação aos agricultores e passaram a ser transferidas para vilas e cidades (Christoffoli, 2012, p. 74).

No Brasil, a modernização da agricultura com o progresso da industrialização no campo, foi conduzido pelo Estado com o fim da Segunda Guerra Mundial, “[...] quando a apropriação do valor gerado pelo trabalho na agricultura e na agroindústria passou a ser condição necessária para a acumulação capitalista [...]”, conforme expressa Christoffoli (2012, p. 75).

Importa destacar, conforme indica Pereira (2012), que a Revolução Verde iniciada na década de 1950, com inovações tecnológicas do pós-guerra, foi apresentada como uma tentativa do aumento da produtividade de alimentos, “[...] por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção” (p. 687). Contudo, seu ápice de produção veio após 10 anos, por volta de 1960, fazendo uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização.

Com essa transformação ocorrendo no campo, os trabalhadores rurais competiam com as máquinas, que resultava na dispensa de força de trabalho nas etapas de plantio, irrigação e colheita, por exemplo. Nessa época, se intensificou o processo de êxodo rural, o deixar o interior para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, trabalho e renda. Os que permaneceram seguem lidando com os desafios para a garantia da existência no campo.

Importa destacar ainda, que nos anos de 1950 nascia um novo termo para referir-se às negociações do setor agropecuário e ao ramo de vendas, “[...] a noção de agribusiness, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg [...], no âmbito da área de administração e marketing” (Leite; Medeiros, 2012 p. 81), respectivamente.

De acordo com seus criadores seria “[...] a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda, e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas derivados”, conforme Davis e Goldberg (1957 *apud* Christoffoli, 2012, p.76).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O agronegócio ganhou força no Brasil por volta de 1990, com o avanço do neoliberalismo, expandindo o livre mercado e as relações com países exteriores. Christoffoli (2012, p. 76), novamente traduz a intenção do agronegócio na perspectiva do nosso país:

O termo agronegócio designa, numa versão crítica, a articulação técnica, política e econômica dos elos representados pelos segmentos produtivos de insumos para a agricultura, do mercado de trabalho e de produção agrícola, bem como as etapas de armazenagem, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, agora articulados pelo capital financeiro em escala internacional, numa dinâmica de abertura de mercados e globalização neoliberal da economia.

A confusão que essa expressão causa, principalmente pela mídia, segundo Leite e Medeiros (2012, p. 83) é de atribuí-la a todo o meio rural, quando abrange um “[...] conjunto de situações sociais e atividades que não estariam representadas e/ou legitimadas pelo emprego desse termo: agricultores familiares, assentados de projetos de Reforma Agrária, comunidades tradicionais etc”.

O estado de Mato Grosso é majoritariamente voltado ao agronegócio, com maior lucro agropecuário do país, ano após ano. O *ranking* criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e divulgado no ano de 2022, lista os 100 municípios mais ricos do agronegócio brasileiro, destes 35 são mato-grossenses. Em 2020 o agronegócio movimentou R\$470 bilhões de reais na economia do país, contrastando com a calamidade pública alimentícia gerada pelo surto de Covid-19. Apenas a cidade de Sorriso-MT, que lidera a lista, foi responsável por R\$5,3 bilhões de reais (G1 MT, 2022).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), constatou o recorde na produção de algodão, soja, milho, café e cana-de-açúcar e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao MAPA, informou que a safra de grãos foi de 257,0 milhões de toneladas, enquanto chegamos ao pico da pandemia em 2020 (G1 MT, 2022).

Acerca da particularidade de Mato Grosso, a estimativa de safra em 2023, pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), apontava esse estado como o terceiro maior produtor de soja do mundo. Caso fosse um país, superaria a Argentina e estaria abaixo dos Estados Unidos - 2º colocado e o próprio Brasil em 1º colocado, mantendo seu reconhecimento de “Celeiro do Mundo” (Petroli, 2023).

Apesar desses dados, sua capital Cuiabá ficou conhecida nacionalmente pela fila de ossinhos⁶, devido a uma matéria sobre um açougue que há 12 anos realiza a ação de doar ossos

⁶ A “fila dos ossinhos”, acontece no açougue localizado no bairro do CPA III, nos dias de segundas e quintas-feiras às 6 horas da manhã. Cada pessoa retira 2,5kg do item. A matéria jornalística, trouxe que as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

bovinos e que, conforme sua proprietária, a fila aumentou gradativamente em 5 anos e principalmente no período da Covid-19 (Sá, 2023). Trata-se, portanto, do mesmo estado que, anos após anos, bateu recordes na produção bovina; que em 2023, contabilizou 34,1 milhões de cabeças de gado, como divulgado no relatório do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado (Indea-MT), enquanto a população residente é de pouco mais de 3,6 milhões de habitantes (IBGE, 2022).

Segundo dados do Portal da Indústria (2021), os produtos mais exportados do Brasil em 2020 foram: 1) soja; 2) óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos; 3) minério de ferro; 4) óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos; 5) carne bovina fresca, refrigerada ou congelada; 6) celulose; 7) carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas; 8) farelos de soja e outros alimentos para animais (extraídos cereais não moídos); farinhas de carnes e outros animais; 9) produtos para a indústria de transformação; e 10) açúcares e melaços.

Teixeira (2022), explica esse contraste, o momento em que o alimento transita de bem comum a todos, direito e necessidade humana para produtos altamente comercializáveis e conseqüentemente super rentáveis.

Importa ainda destacar que, grande parcela desses produtos relaciona-se com o uso de agrotóxicos, a fim de ampliar a escala de produção. Assim,

avançando do solo para as sementes, esse modelo de produção é calcado nas sementes transgênicas. Sementes transgênicas são sementes geneticamente modificadas para corrigir determinadas características genéticas que permitem que elas sejam menos atacadas por determinados insetos, fungos ou doenças (Teixeira, 2022, p. 453).

Pesquisas na área da saúde já interligam o uso dos agrotóxicos como causadores de doenças em humanos, como por exemplo, o câncer (Dutra *et. al.* 2020).

Outro elemento a ser destacado diz respeito aos processos migratórios para Mato Grosso. De acordo com Monteiro (2023) o estado abriga 20,4 mil pessoas de vários países da América do Sul e Central. Dessas, 11 mil mudaram nos últimos cinco anos, a maioria vinda da Venezuela e do Haiti e desse total, 9,9 mil residem em Cuiabá. Parte dessas pessoas também compõem ou compuseram o grupo dos que não possuem a segurança alimentar e nutricional todos os dias, como vemos nas esquinas e semáforos das cidades.

“filas são divididas entre homens e mulheres e compostas, em sua maioria, por idosos, crianças e deficientes”. Ver mais em: <https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/171984>

Todavia, o estado de Mato Grosso precisava atender e reprimir o avançar da fome. Uma alternativa foi a criação do Programa Ser Família em 2019, com distribuição de cartões para transferência de renda às pessoas em caráter de vulnerabilidade social. Sua idealização foi feita pela primeira-dama do Estado, mais uma representação do primeiro-damismo nas políticas sociais e gerenciado pela Secretaria Adjunta de Programa e Projetos Especiais e Atenção à Família da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC. (Setasc, 2023)

No ano de 2023, o Programa foi reformulado e ampliado na cobertura de grupos beneficiários, cuja renda per capita seja de até R\$105/mês, todos receberam a renda mínima de R\$220 por mês ou em meses intercalados, a depender do tipo do programa. Entretanto, essa alternativa não põe fim à problemática. (Setasc, 2023)

Na esfera estadual de Mato Grosso, referente a Segurança Alimentar e Nutricional houve a propositura do Projeto de Lei nº 500/2019 acerca da Política Estadual de SAN (PESAN) e a organização do Sistema de SAN. Contudo, foi vetado no ano seguinte pelo governador, sob a justificativa de não haver consulta com as organizações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/MT), Câmaras Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/MT), Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF) e Secretaria Estadual de Saúde (SES), segundo documento emitido pela Assembléia Legislativa do estado em 2020.

O êxito desta matéria do direito humano à alimentação adequada, somente foi possível com a Lei nº 11.860 de 28 de julho de 2022, consoante a configuração nacional, com a promoção da intersectorialidade, visto a dependência de articulação com outras políticas públicas, “a PESAN, componente estratégico do desenvolvimento sustentável do Estado, é instrumento de planejamento integrado e intersectorial de políticas e programas governamentais e ações da sociedade civil, e tem como finalidade assegurar o direito humano à alimentação adequada” (Lei nº 11.860/2022, art. 2º).

Conforme previsto na PESAN de Mato Grosso, foi aprovado pelo Decreto nº 322, de 31 de maio de 2023, o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLESAN) para o quadriênio 2023/2027, a ser executado pela SETASC, firmando o compromisso e adesão do estado com o SISAN nacional. Para fiscalizar e monitorar a aplicação de todo o arcabouço legal que existe hoje, existe o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-MT, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SEAF.

Portanto, vemos que Mato Grosso é um potencial produtor mas que não está canalizado a solucionar os problemas internos do seu país, focando-se no capital exportador. No entanto tem caminhado, mesmo que lentamente para a fomentação da Segurança Alimentar e Nutricional em normativas, cabe agora, impulsionado pelo atual governo federal, a implementação das legislações para que haja a mudança no âmbito estadual.

5 - Considerações Finais

A situação de fome ainda assola o país, em último estudo realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e divulgado pelo Governo Federal em abril de 2024, afirma que em 2023 o número de pessoas em insegurança alimentar grave reduziu para 8,3 milhões de brasileiros (Agência Gov, 2024).

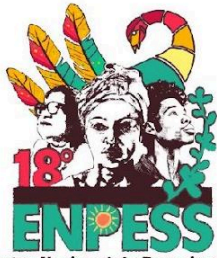
A terceira gestão do presidente Lula, mais uma vez, tem a erradicação da fome como uma de suas bandeiras. Para isso, foram restituídos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e a retomada do Programa Bolsa Família como estratégias para o Plano Brasil Sem Fome, lançado em 2023.

Diante dos fatos brevemente aqui apresentados, é fundamental reconhecer a importância da agricultura camponesa/familiar na produção de alimentos, como coloca Souza (2021, p. 8), pois ela “[...] carrega em si a responsabilidade de colocar alimentos na mesa dos brasileiros e renda para as famílias do campo”. A discussão sobre a segurança alimentar e nutricional prolonga-se e compreende pautas como a questão da reforma agrária, quantidade e qualidade dos alimentos para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, fundamental para conhecimento da categoria do Serviço Social, que atende esse público em seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

Referências

AGÊNCIA GOV. **Mais de 24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023.** Governo Federal do Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/24-4-milhoes-de-pessoas-saem-da-situacao-de-fome-no-brasil-em-2023> . Acesso em: 11 ago 2024.

BRASIL. **Relatório indica que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014.** Brasília, Casa Civil. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014> Acesso em: 15 out 2023.

BRASIL. **Saiba quais as principais dúvidas dos cidadãos sobre o auxílio emergencial.** Brasília. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/04/auxilio-emergencial-covid-19#> Acesso em: 16 out 2023.

BRASIL. **Mapa InSAN.** Ministério da Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-san/artigo.php?link=15> Acesso: 10 ago 24.

CHRISTOFFOLI, Pedro I. Agroindústria. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 74-80.

DUTRA, Lidiane S.; FERREIRA, Aldo P.; HORTA, Marco A. P.; PALHARES, Paulo R. **Uso de agrotóxicos e mortalidade por câncer em regiões de monoculturas.** Saúde Debate, Rio de Janeiro, ano 2020, v. 44, n. 127, p. 1018-1035. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FfpPSnKCkxrdqPd8ptnfWsJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 1 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mato Grosso.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html> Acesso em: 11 ago 2024.

LEITE, Sergio P. MEDEIROS, Leonilde S. Agronegócio In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 74-80.

LIMA, Juliana. **Mapa da Fome sinaliza que países estão longe da meta para zerar indicador até 2030.** G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/31/mapa-da-fome-sinaliza-que-paises-estao-lon-ge-da-meta-para-zerar-indicador-ate-2030-entenda.ghtml> Acesso em: 16 out 2023.

Comércio Exterior e Exportação no Brasil. Portal da Indústria, 2021. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/exportacao-e-comercio-exterior/> Acesso em: 10 ago 2024.

Mato Grosso tem 35 municípios na lista dos mais ricos do agronegócio. G1 MT, 04 jan 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/01/04/mato-grosso-tem-35-municipios-na-ista-dos-100-mais-ricos-do-agronegocio.ghtml> Acesso em: 15 abr 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MATO GROSSO, Assembléia Legislativa do Estado de. **Veto do Projeto de Lei nº500/2019.**
Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20201119095758225000.pdf>
Acesso em: 19 abr 2023.

MATO GROSSO, Assembléia Legislativa do Estado de. **Lei Ordinária nº 11.860 de 28 de julho de 2022.** Disponível em:
<https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br;mato.grosso:estadual:lei.ordinaria:2022-07-28;11860> Acesso em: 18 abr 2023.

MATO GROSSO, Governo do Estado de. Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC. **Governo de MT publica decreto de Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em:
<https://www.setasc.mt.gov.br/-/governo-de-mt-publica-decreto-de-plano-estadual-de-seguran%C3%A7a-alimentar-e-nutricional> Acesso em: 17 out 2023.

MATO GROSSO, Instituto de Defesa Agropecuária de. **Indea divulga atualização de estoque de bovinos; MT se mantém na liderança com maior rebanho do país.**
Disponível:<https://www.indea.mt.gov.br/-/indea-divulga-atualiza%C3%A7%C3%A3o-de-estoque-de-bovinos-mt-se-mant%C3%A9m-na-lideran%C3%A7a-com-maior-rebanho-do-pa%C3%ADs#>
Acesso em: 11 ago 2024.

MATO GROSSO, Governo do Estado de. Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC. Programa SER Família. Disponível em: <https://www.setasc.mt.gov.br/ser-familia1>
Acesso em: 17 out 2023.

MEDEIROS, Leonilde S. Latifúndio. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 447-452.

MONTEIRO, Amáble. **Estrangeiros buscam oportunidades em MT.** G1 MT, 14 de abr de 2023. Disponível:<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/04/17/estrangeiros-buscam-opo-rtunidades-ao-cruzar-fronteira-com-mt-muita-gente-educada-e-reciproca.ghtml> Acesso em: 17 de out 2023.

OLIVEIRA, Tatiana Coura; ABRANCHES, Monise Viana; LANA, Raquel Martins. **(In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2.** Cadernos de Saúde Pública, Minas Gerais, ano 2020, p. 1-6, 18 maio 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/TBP3jQfHtrcNpYJ4zQvXzQk/>. Acesso em: 16 out. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Histórico da Pandemia de COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> . Acesso em: 16 mai 2023.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente> . Acesso em: 16 mai 2023.

PEREIRA, Potyara A. P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 2012, n. 112, p. 729-753. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bSGwqYTyTpMqHc5SXkSKK7h/#> . Acesso em: 3 out. 2023.

Presidente Jair Bolsonaro extingue centenas de conselhos federais. **Revista Consultor Jurídico.** 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-abr-14/presidente-jair-bolsonaro-extingue-centenas-conselhos-federais> Acesso em: 19 de set. 2023.

Rede PENSSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/> Acesso em: 16 out 2023.

Rede PENSSAN. VIGISAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 16 out 2023.

PETROLI, Viviane. **Na safra 2022/23, Mato Grosso supera Argentina e se torna terceiro maior produtor de soja do mundo.** Canal Rural, 15 mar 2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/mato-grosso/na-safra-2022-23-mato-grosso-supera-argentina-e-se-torna-terceiro-maior-produtor-de-soja-do-mundo/> Acesso em: 17 abr 2023.

SÁ, Bárbara. **Famosa “fila de ossinhos” é uma ação social que acontece há 12 anos.** RD News. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/171984> Acesso em: 19 abr 23.

SANTOS, Stephani dos. **Entenda o que é Mapa da Fome e quais são seus objetivos.** Politize, 13 fev 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mapa-da-fome/> Acesso em: 15 out 2023.

SILVA, Camila F. C. **(In)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL:uma trajetória de avanços e recuos no período de 2019 a 2023.** TCC. Departamento de Serviço



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Social, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2023.

SILVA, Robson Roberto. **“Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal.** Argumentum, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 286–306, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i1.38352. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38352>. Acesso em: 15 out. 2023.

SOUZA, Enio Carlos de Moura. **Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade nas Políticas Públicas do Governo Federal.** In: Boletim da Agricultura Familiar. Volume 1, n 1 Julho de 2021. Conab. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/boletim-agricultura-familiar> Acesso em: 4 set 2023.

TEIXEIRA, Leile S. C. **O valor da fome no Brasil: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital.** 2015. 253 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S. l.], 2015.

_____. **A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria.** Revista Katálysis, Florianópolis, ano 2022, v. 25, n. 3, p. 449-458. Disponível em: <https://www.scielo.br/jrk/a/rTfGRmwL68MVBxss3JR98RN/#>. Acesso em: 15 out. 2023.